

<b>Disciplina:</b>	<b>DIREITO CIVIL VI (DIREITOS REAIS II)</b>	C/H: 080 h/a
<b>Curso:</b>	<b>DIREITO</b>	Código: 5107
<b>Faculdade:</b>	<b>FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS - FACJSA</b>	Período: 7º

**PROGRAMA DA DISCIPLINA**

**I – EMENTA**

Propriedade em geral. Direito de vizinhança. Condomínio. Propriedade resolúvel. Alienação fiduciária. Direitos reais sobre coisas alheias. Direitos reais de gozo, garantia e aquisição.

**II- OBJETIVOS**

- Conhecer as bases do Direito Civil;
- Aplicar o Direito Civil na solução de casos jurídicos;
- Aperfeiçoar o senso jurídico com o Direito Civil;
- Utilizar o Direito Civil como instrumento profissional;
- Empregar o Direito Civil na busca da cidadania plena;

**III - CONTEÚDO**

<b>UNIDADE I</b>	<b>PROPRIEDADE EM GERAL.</b>
	1.1 Conceito 1.2 Natureza. 1.3 Poderes Nominais 1.4 Juízo Petitório. Elementos constitutivos da demanda (ação) petitoria
<b>UNIDADE II</b>	<b>AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE IMÓVEL I. REGISTRO.</b>
	2.1 Efeitos. Presunção <i>ius tantum</i> (presunção relativa) de veracidade do registro. (CC, art. 1.227 e 1245). Lei 6.015/73 (art. 167 e segts.). 2.2 Atributos do registro de imóveis. (CC, art. 1.245). 2.3 Registro <i>Torrens</i> . Presunção <i>ius et iuris</i> (presunção absoluta) de veracidade do registro. Lei de RI, art. 277 a 278).
<b>UNIDADE III</b>	<b>AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE IMÓVEL II. ACESSÃO.</b>
	3.1 Ilhas particulares. 3.2 Aluvião 3.3 Avulsão (CC, art. 1.251). 3.4 Álveo abandonado (CC, art. 1.252). 3.5 Construções e plantações (CC, art. 1.253 a 1.259).
<b>UNIDADE IV</b>	<b>AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE MÓVEL I</b>
	4.1 Ocupação (CC, art. 1.263). <i>Res nullius</i> (coisa sem dono) e <i>res derelictae</i> (coisa abandonada). 4.2 Achado de tesouro (CC, art. 1.264 a 1.266).
<b>UNIDADE V</b>	<b>AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE MÓVEL II.</b>
	5.1 Tradição (CC, art. 1.267 e 1.268). 5.2 Especificação (CC, art. 1.269 a 1.271) 5.3 Confusão, comissão e adjunção (CC, 1.272 a 1.274).
<b>UNIDADE VI</b>	<b>PERDA DA PROPRIEDADE MÓVEL E IMÓVEL. CC, ART. 1.275 E 1.276.</b>
	6.1 Por alienação. 6.2 Pela renúncia. 6.3 por abandono. 6.4 por perecimento. 6.5 por desapropriação.
<b>UNIDADE VII</b>	<b>Direito de Vizinhança I. Parte Geral. CC, art. 1.277 a 1.281.</b>
	7.1 Conceito. 7.2 Uso anormal da propriedade. Abuso do direito de propriedade. 7.3 Interferências em prédio particular. 7.4 Revisão da sentença que determinou a tolerância do vizinho. (teoria da imprevisão).
<b>UNIDADE VIII</b>	<b>Direito de Vizinhança II.</b>
	8.1 Árvores limítrofes. (CC, art. 1.282 a 1.284).

- 8.2 Passagem forçada. (CC, art. 1.285). Direito potestativo de passagem forçada.
- 8.3 Legitimidade para pleitear a passagem forçada.
- 8.4 Passagem forçada x servidão.
- 8.5 Passagem de cabos e tubulações.(CC, art. 1.286 e 1.287).

<b>UNIDADE IX</b>	<b>DIREITO DE VIZINHANÇA III.</b>
	9.1 Águas. (CC, art. 1.288 a 1.296).
	9.2 Limites entre prédios e direito de tapagem.
	9.3 Direito de construir.
<b>UNIDADE X</b>	<b>CONDOMÍNIO I. CONDOMÍNIO VOLUNTÁRIO.</b>
	10.1 Conceito.
	10.2 Direitos e deveres dos condôminos no condomínio voluntário
	10.3 Administração do condomínio voluntário.
	10.4 Extinção do condomínio voluntário
<b>UNIDADE XI</b>	<b>CONDOMÍNIO II. CONDOMÍNIO NECESSÁRIO. CC, ART. 1.327 A 1.330.</b>
	11.1 Direito de tapagem. Parede-meia. (CC, art. 1.327).
<b>UNIDADE XII</b>	<b>CONDOMÍNIO III. CONDOMÍNIO EDILÍCIO.</b>
	12.1 Direitos e deveres dos condôminos.
	12.2 Administração do condomínio edilício.
	12.3 Extinção do condomínio edilício.
<b>UNIDADE XIII</b>	<b>PROPRIEDADE RESOLÚVEL.</b>
	13.1 Conceito
	13.2 Propriedade resolúvel. <i>Efeitos ex tunc.</i>
	13.3 Propriedade revogável. <i>Efeitos ex nunc.</i>
<b>UNIDADE XIV</b>	<b>PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA.</b>
	14.1 Conceitos e requisitos. (CC, art. 1.361).
	14.2 Especialização da dívida. Requisitos subjetivo e formal. (CC, art. 1.362).
	14.3 Inadimplemento da obrigação. Conseqüência jurídica.
	14.4 Prisão civil.
	14.5 Vedação do pacto comissório (CC, art. 1.365). Dação em pagamento (CC, art. 356).
<b>UNIDADE XV</b>	<b>DIREITOS REAIS SOBRE COISAS ALHEIAS I. PARTE GERAL.</b>
	15.1 Conceito.
	15.2 <i>Espécies.</i>
	15.3 direitos reais de gozo ou de fruição.
	15.4 direitos reais de garantia.
	15.5 direito real de aquisição.
<b>UNIDADE XVI</b>	<b>DIREITOS REAIS SOBRE COISAS ALHEIAS II. SERVIDÕES PREDIAIS. CC, 1.378/1379.</b>
	16.1 Conceito. Finalidade. Princípios. Natureza jurídica.
	16.2 Classificação e caracteres.
	16.3 Constituição.
	16.4 Direitos e deveres.
	16.5 Extinção. (CC, art. 1.388/9).
<b>UNIDADE XVII</b>	<b>DIREITOS REAIS SOBRE COISA ALHEIAS III. USUFRUTO.</b>
	17.1 Conceito. Características..
	17.2 Objeto. (art. 1.390).
	17.3 Modos constitutivos..
	17.4 Direito e obrigações do usufrutuário.
	17.5 Direito e deveres do nu-proprietário.
	17.6 Extinção do usufruto – CC, 1.410 e 1.411.
<b>UNIDADE XVIII</b>	<b>DIREITOS REAIS SOBRE COISAS ALHEIAS IV. USO – CC, 1.412/413.</b>
	18.1 Conceito e Natureza.
	18.2 Características e objeto.
	18.3 Modos de constituição.
	18.4 Extinção.
<b>UNIDADE XIX</b>	<b>DIREITOS REAIS SOBRE COISAS ALHEIAS IV. HABITAÇÃO – CC, 1.414/1.416.</b>
	19.1 Conceito. Natureza.
	19.2 Características jurídicas.
	19.3 Objeto.
	19.4 Disciplina legal. (CC, art. 1.416).
<b>UNIDADE XX</b>	<b>DIREITOS REAIS SOBRE COISAS ALHEIAS V. SUPERFÍCIE – CC, 1.369/1.377. LEI 10.257/01(ESTATUTO DA CIDADE), ARTIGOS 21/24.</b>
	20.1 Conceito.



UNIVERSIDADE IGUAÇU  
FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS - FACJSA

- 20.2 Características.
- 20.3 Transferência do direito de superfície.
- 20.4 Extinção.
- 20.5 Direito de superfície e pessoa jurídica de direito público.

<b>UNIDADE XXI</b>	<b>DIREITOS REAIS DE GARANTIA I. PENHOR. CC, 1.431/1.472.</b>
--------------------	---

- 21.1 Conceito e caracteres.
- 21.2 Modos de constituição.(CC, art. 1.432 e 1.467).
- 21.3 Direito e deveres do credor pignoratício. (CC, art. 1.433 a 1.435).
- 21.4 Espécies de penhor.
- 21.5 Extinção do penhor. (CC, arts. 1.436/1.437).

<b>UNIDADE XXII</b>	<b>DIREITOS REAIS DE GARANTIA II. HIPOTECA. CC, 1.473/1.505.</b>
---------------------	--

- 22.1 Conceito e características.
- 22.2 Requisitos.
- 22.3 Efeitos.
- 22.4 Remição hipotecária.
- 22.5 Espécies de hipoteca.
- 22.6 Extinção.

<b>UNIDADE XXIII</b>	<b>DIREITOS REAIS DE GARANTIA III. ANTICRESE. CC, 1.506/1.510.</b>
----------------------	--

- 23.1 Conceito e caracteres.
- 23.2 Direitos e deveres do credor anticrético.
- 23.3 Extinção.

<b>UNIDADE XXIV</b>	<b>DIREITO REAL DE AQUISIÇÃO. (DIREITO REAL DE PROMESSA DE VENDA). CC, 1.417/1.418.</b>
---------------------	---

- 24.1 Contrato preliminar e direito real.
- 24.2 Requisitos do direito real de promessa de venda.
- 24.3 Efeitos.

### III – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Aulas expositivas.

Debates.

- Trabalhos de pesquisa e em classe.
- Estudo dirigido.
- Seminários.
- Leituras orientadas.

### IV – AVALIAÇÃO

Duas provas escritas bimestrais, obrigatórias, e, a critério do professor, trabalho individual ou em grupo, exame oral, seminários etc, cujos resultados devem integralizar a pontuação total da disciplina no bimestre, após a soma das notas obtidas, dividido pelo número de aferições. Uma prova interdisciplinar, com peso dois.

### V- BIBLIOGRAFIA

- CÂMARA, Alexandre Freitas. *Lições De Direito Processual Civil*. Rio De Janeiro : Lumen Juris, V. 1 E 2.
- DINIZ, Maria Helena. *Direito Civil Brasileiro. Direito Das Coisas*. São Paulo : Saraiva, V. 4.
- FARIAS, Cristiano Chaves De *Direito Civil. Teoria Geral*. Rio De Janeiro : Lumen Juris.
- MELO, Marco Aurélio Bezerra De. *Novo Código Civil Anotado*. Rio De Janeiro ; Lumen Juris, V. 5.
- Rodrigues, Silvio. *Direito Civil. Direito Das Coisas*. São Paulo : Saraiva, V. 5.
- THEODORO Júnior, Humberto. *Curso De Direito Processual Civil*, Rio De Janeiro : Forense, V. 1, 2 E 3.
- VENOSA, Sílvio De Salvo. *Direito Civil. Direitos Reais*. São Paulo : Atlas, V. 5.
- WALD, Arnoldo. *Curso de direito civil brasileiro. Direito das coisas*. São Paulo : Saraiva.

DISCIPLINA:	PRÁTICA JURÍDICA SIMULADA				C/H: 100
CURSO:	DIREITO				H/A
FACULDADE:	CIÊNCIAS	JURÍDICAS	E	SOCIAIS	CÓDIGO:3529
	PERÍODO: 7º				APLICADAS

PROGRAMA DA DISCIPLINA

**I - EMENTA**

**CÍVEL.** Aspectos deontológicos. Procuração. Petição inicial. Resposta do réu. Procedimento ordinário. Incidentes do procedimento. Recursos. Execução. Procedimentos cautelares. Procedimentos especiais. Assistência judiciária.

**PENAL.** Aspectos deontológicos da advocacia criminal. Procuração. Inquérito policial. Do processo comum. Do procedimento do júri. Recursos. *Habeas corpus*. Execução penal.

**II- OBJETIVOS**

- Conhecer as bases da Prática Jurídica
- Aplicar o Direito material na solução de casos jurídicos;
- Utilizar o Direito como instrumento profissional;

**III - CONTEÚDO**

UNIDADE I	PRÁTICA JURÍDICA SIMULADA - CÍVEL
	1.1 Considerações deontológicas. Ética profissional do advogado. Procuração para o foro em geral. Contrato de serviços profissionais. Honorários.
	1.2 Petição inicial. Requisitos. Morfologia da peça jurídica. Documentos indispensáveis para a propositura da ação.
	1.3 Procedimento ordinário. Estudo de caso. Pesquisa doutrinária e jurisprudencial. Petição inicial
	1.4 Fluxograma da fase postulatória. Recebimento da petição inicial. Emenda da petição inicial.
	1.5 Resposta do Réu. Delimitação da tese de defesa. Pesquisa doutrinária e jurisprudencial. Morfologia da peça jurídica de resposta. Revelia.
	1.6 Espécies de resposta. Contestação. Exceções. Reconvenção. Ação declaratória incidental.
	1.7 Intervenção de terceiros. Assistência. Oposição. Nomeação à autoria. Denúnciação de lide. Chamamento ao processo.
	1.8 Incidentes processuais. Impugnação ao valor da causa. Impugnação ao pedido de gratuidade.
	1.9 Saneamento do processo. Audiência prévia de conciliação. Simulação de audiência.
	1.10 Fase de instrução probatória. Incidentes na fase probatória.
	1.11 Audiência de instrução e julgamento. Audiência simulada. Conciliação. Sentença homologatória.
	1.12 Recursos. Morfologia da peça de recurso. Pressupostos recursais. Efeitos dos recursos. Estudo de caso. Pesquisa doutrinária e jurisprudencial.
	1.13 Agravo de instrumento. Estudo de caso. Embargos de declaração. Estudo de caso.
	1.14 Apelação. Estudo de caso. Pesquisa doutrinária e jurisprudencial.
	1.15 Julgamento do recurso. Audiência simulada. Sustentação oral. Embargos de divergência.
	1.16 Execução. Cumprimento da Sentença. Embargos à execução. Embargos de terceiros. Sistema recursal em execução.
	1.17 Procedimento cautelar preparatório e incidental. Estudo de caso. Pesquisa doutrinária jurisprudencial.
	1.18 Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa. Ações da lei de locações. Estudo de caso. Pesquisa doutrinária e jurisprudencial.
	1.19 Procedimentos especiais de jurisdição voluntária. Estudo de caso. Pesquisa doutrinária e jurisprudencial.
	1.20 Assistência judiciária. Gratuidade de justiça. Estudo de caso. Pesquisa doutrinária e jurisprudencial.
UNIDADE II	PRÁTICA JURÍDICA SIMULADA - PENAL
	2.1 Aspectos deontológicos da advocacia criminal. Atuação do advogado na fase inquisitória. Procuração.
	2.2 Inquérito policial. Intervenção para obstar o inquérito por falta de justa causa. Estudo de caso. Pesquisa doutrinária e jurisprudencial.
	2.3 Oferecimento de <i>notitia criminis</i> . Estudo de caso. Pesquisa doutrinária e jurisprudencial.
	2.4 Oferecimento de <i>delatio criminis</i> . Estudo de caso. Pesquisa doutrinária e jurisprudencial.

- 2.5 Diligências a serem requeridas em inquérito policial. Estudo de caso. Pesquisa doutrinária e jurisprudencial.
- 2.6 Interrogatório. Estudo de caso. Audiência simulada.
- 2.7 Alegações preliminares. Rol de testemunhas. Estudo de caso. Pesquisa doutrinária e jurisprudencial.
- 2.8 Alegações finais. Estudo de caso. Pesquisa doutrinária e jurisprudencial.
- 2.9 Procedimento do júri. Interrogatório. Audiência simulada. Estudo de caso. Pesquisa doutrinária e jurisprudencial.
- 2.10 Procedimento do júri. Desaforamento. Estudo de caso. Pesquisa doutrinária e jurisprudencial.
- 2.11 Simulação do tribunal do júri. Estudo de caso. Pesquisa doutrinária e jurisprudencial.
- 2.12 Juizado especial criminal. Estudo de caso. Pesquisa doutrinária e jurisprudencial. Audiência simulada.
- 2.13 *Habeas corpus*. Estudo de caso. Pesquisa doutrinária e jurisprudencial.
- 2.14 Queixa. Oferecimento de queixa. Estudo de caso. Pesquisa doutrinária e jurisprudencial.
- 2.15 Recursos. Interposição. Recurso em sentido estrito. Estudo de caso. Pesquisa doutrinária e jurisprudencial. Apelação. Estudo de caso. Pesquisa doutrinária e jurisprudencial.
- 2.16 Execução penal. Incidentes na execução. Estudo de caso. Pesquisa doutrinária e jurisprudencial. Revisão criminal. Estudo de caso. Pesquisa doutrinária e jurisprudencial.

#### *IV – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS*

---

Apresentação de um problema hipotético

Determinação da disciplina normativa

do caso hipotético

Pesquisa da jurisprudência e da doutrina

Sobre o caso em espécie

Delimitação das pretensões ou das

Defesas juridicamente admissíveis

Elaboração de parecer prévio

Elaboração da peça processual (petição inicial, contestação, recurso, peça incidental, razões finais, memoriais, roteiro de defesa/acusação oral.)

Apreciação do trabalho discutido (individualmente ou em grupo) com o(s) aluno(s) os erros e acertos.

Avaliação individual das habilidades previstas no perfil profissiográfico, atribuindo para cada qual conceito variável em escala decrescente de “a” a “e”

#### *V – AVALIAÇÃO*

---

Provas práticas. Trabalhos individuais e em grupos. Avaliação oral. Avaliação dos discentes nas simulações.

#### *V – BIBLIOGRAFIA*

---

ANDRÉ, Luiz Sérgio Afonso De, E **ALTEMANI**, Nelson. *Roteiro Prático Das Ações*. 18ª Ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

CASELLA, José Erasmo. *Manual De Prática Forense*. São Paulo: Saraiva, 1996.

CASTRO FILHO, José Olympio. *Prática Forense*. 2. Vol. Rio De Janeiro: Forense.

FRANÇA, R. Limongi. *Jurisprudência Das Ações Possessórias*. São Paulo: Ed. Revista Dos Tribunais.

\_\_\_\_\_, *Jurisprudência Da Responsabilidade Civil*. São Paulo: Ed. Revista Dos Tribunais.

DELMANTO, Celso. *Código Penal Comentado*. 3ª Ed. Atual. E Ampl. Por Roberto Delmanto. Rio De Janeiro: Renovar. 1991.

MEHMERI, Adilson. *Manual Universitário De Processo Penal*. São Paulo: Saraiva. 1996.

MILHOMES, Jônatas E ALVES, Geraldo Magela. *Manual De Petições: Cíveis, Criminais, Trabalhistas*. 8ª Ed. Rio De Janeiro: Forense, 1998.

FELIPE, Jorge Franklin Alves. *Prática Das Ações De Alimentos*. 5ª Ed. Rio De Janeiro: Forense, 1997.

OLIVEIRA, J. M. Leoni Lopes De. *Alimentos E Sucessão No Casamento E Na União Estável*. Rio De Janeiro: Lumen Juris, 1996.

FRANÇA, R. Limongi. *Jurisprudência Da Separação E Do Divórcio*. São Paulo: Ed. Revista Dos Tribunais.

\_\_\_\_\_, *Jurisprudência Dos Alimentos*. São Paulo: Ed. Revista Dos Tribunais.

\_\_\_\_\_, *Jurisprudência Dos Direitos Da Mulher Casada*. São Paulo: Ed. Revista Dos Tribunais.

SALLES JÚNIOR, R. De Almeida. *Inquérito Policial E Ação Penal*. São Paulo: Saraiva.

STOCO, Rui. *Et Alii. Teoria E Prática Do Júri*. São Paulo: Ed. Revista Dos Tribunais.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. *Prática de processo penal*. 13ª Ed. Rev. E atual. Bauru, SP: Jalovi. 1989.

<b>DISCIPLINA:</b>	<b>DIREITO DO CONSUMIDOR</b>	<b>C/H: 040 H/A</b>
<b>CURSO:</b>	<b>DIREITO</b>	<b>CÓDIGO:</b>
<b>FACULDADE:</b>	<b>CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS</b>	<b>PERÍODO: 7º.</b>

**PROGRAMA DA DISCIPLINA**

**I – EMENTA**

Relação jurídica de consumo. Responsabilidade Civil. Decadência e prescrição. Práticas abusivas. Proteção contratual. Sanções administrativas. Infrações penais. Defesa do consumidor em juízo.

**II - OBJETIVOS**

- Construir uma base teórica para o estudo dos direitos do consumidor.
- Proporcionar ao estudante uma visão geral e sistemática da política nacional das relações de consumo..
- Levar o estudante a compreender a Lei 8.078/90 e sua aplicação prática.

**III – CONTEÚDOS**

<b>UNIDADE I</b>	<b>Noções gerais</b>
	1.1 Breve histórico do movimento consumerista
	1.2 A Constituição e o Código de defesa do consumidor
<b>UNIDADE II</b>	<b>Relação jurídica de consumo</b>
	2.1 Conceito de consumidor
	2.2 Conceito de fornecedor
	2.3 Conceito de produto
	2.4 Conceito de serviço
<b>UNIDADE III</b>	<b>Política nacional de relações de consumo</b>
	3.1 <i>Princípios norteadores</i>
	3.2 Execução da política nacional de consumo
	3.3 Direitos básicos do consumidor
<b>UNIDADE IV</b>	<b>Responsabilidade civil nas relações de consumo</b>
	4.1 Noções gerais
	4.2 Responsabilidade pelo vício do produto e fato do produto ou serviço
	4.3 Danos morais
	4.4 Causas excludentes da responsabilidade
<b>UNIDADE V</b>	<b>Decadência e prescrição.</b>
	5.1 Generalidades.
	5.2 Decadência.
	5.3 Prescrição
	5.4 Conflito entre CDC e CC/2002.
<b>UNIDADE VI</b>	<b>Desconsideração da personalidade jurídica</b>
	6.1 Generalidades
	6.2 Desconsideração da personalidade jurídica na Lei 8.078/90
	6.3 Requisitos para a desconsideração da personalidade jurídica
<b>UNIDADE VII</b>	<b>Práticas comerciais</b>
	7.1 Oferta
	7.2 Publicidade
<b>UNIDADE VIII</b>	<b>Práticas abusivas</b>
	8.1 Venda casada
	8.2 Recusa em atender à demanda
	8.3 Aproveitamento das vulnerabilidades específicas do consumidor
	8.4 Exigência de vantagem excessiva
	8.5 Inobservância de normas técnicas
	8.6 Elevação do preço de produtos e serviços
	8.7 Ausência de prazo para cumprimento de obrigação pelo fornecedor
	8.8 Cobrança de dívidas – proibição de constrangimentos
	8.9 Repetição de indébito



UNIVERSIDADE IGUAÇU  
FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS - FACJSA

#### 8.10 Prazo de manutenção das informações negativas

<b>UNIDADE IX</b>	<b>Proteção contratual</b>
9.1	Generalidades
9.2	Princípios contratuais
9.3	Princípios contratuais na Lei 8.078/90
9.4	Direito de arrependimento
<b>UNIDADE X</b>	<b>Cláusulas abusivas</b>
10.1	Generalidades.
10.2	Análise das cláusulas abusivas à luz do CDC
10.3	Controle das cláusulas contratuais
<b>UNIDADE XI</b>	<b>Contratos de adesão</b>
11.1	Generalidades
11.2	Definição
11.3	Cláusula de eleição de foro em contrato de adesão
11.4	Cláusula de limitação de direitos
<b>UNIDADE XII</b>	<b>Sanções administrativas e sanções penais</b>
12.1	Poder de regulamentação
12.2	Poder de fiscalização
12.3	Tipos de sanções administrativas
12.4	Da pena de multa
12.5	Infrações penais – generalidades
12.6	Legislação aplicável
12.7	Fraude no comércio
12.8	Crimes contra a economia popular
<b>UNIDADE XIII</b>	<b>Defesa Do consumidor em juízo</b>
13.1	Ações coletivas
13.2	Da legitimidade do Ministério Público
13.3	Ações coletivas para a defesa de interesses individuais homogêneos
13.4	Da coisa julgada

#### III – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Aulas expositivas.

Debates.

Trabalhos de pesquisa e em classe.

Estudo dirigido.

Seminários.

Leituras orientadas.

#### IV – AVALIAÇÃO

Duas provas escritas bimestrais, obrigatórias, e, a critério do professor, trabalho individual ou em grupo, exame oral, seminários etc, cujos resultados devem integralizar a pontuação total da disciplina no bimestre, após a soma das notas obtidas, dividido pelo número de aferições. Uma prova interdisciplinar, com peso dois.

#### V – BIBLIOGRAFIA

DENSA, Roberta. *Direito Do Consumidor*. 2. Ed. Vol. 21. São Paulo : Editora Atlas,2006.

FILOMENO, José Geraldo Brito. *Manual De Direitos Do Consumidor*. 8. Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2005.

GARCIA, Leonardo De Medeiros. *Direito Do Consumidor: Código Comentado E Jurisprudência*. 2. Ed. Niterói, RJ: Editora Impetus, 2006.

MARQUES, Cláudia Lima. *Contratos No Código De Defesa Do Consumidor*. 4. Ed. São Paulo: Rt, 2002.

NETTO, Felipe Peixoto Braga. *Manual De Direito Do Consumidor*. Salvador: Edições Juspodivm, 2007.

VERLY, Alexandre da Silva. *Código de Defesa do Consumidor*. Rio de Janeiro,2007.

**Obs.:** RESOLUÇÃO CONSEPE N° 163/2003

Disciplina:	<b>DIREITO PROCESSUAL CIVIL III</b>	C/H: 080 h/a
Curso:	<b>DIREITO</b>	Código: 3526
Faculdade:	<b>FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS - FACJSA</b>	Período: 7º

**PROGRAMA DE DISCIPLINA**

***I – EMENTA***

Recursos. Teoria geral da execução. Liquidação de sentença. Cumprimento de sentença. Processo de execução. Das diversas espécies de execução. Defesa do executado. Suspensão e extinção do processo de execução.

***II – OBJETIVOS***

- Construir uma base teórica para o estudo dos recursos
- Proporcionar uma visão geral da execução por cumprimento de sentença
- Proporcionar uma visão geral do processo de execução

***III – CONTEÚDO***

<b>UNIDADE I</b>	<b>RECURSOS</b>
	1.1 Teoria Geral dos Recursos
	1.2 Recursos em Espécie
	1.3 Da Ordem dos Processos nos Tribunais
<b>UNIDADE II</b>	<b>ASPECTOS PRELIMINARES DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA</b>
	2.1 Considerações preliminares
	2.2 Alterações no conceito legal de sentença
	2.3 Alterações no conceito de extinção do processo sem e com resolução de mérito
	2.4 O novo modelo de execução de sentença
<b>UNIDADE III</b>	<b>TEORIA GERAL DA EXECUÇÃO</b>
	3.1 Observações Preliminares
	3.2 Conceito
	3.3 Princípios
	3.4 Competência
	3.5 Legitimidade
	3.6 Título Executivo.
	3.7 Título executivo judicial
	3.8 Título executivo extrajudicial
	3.9 Responsabilidade
<b>UNIDADE IV</b>	<b>LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA</b>
	4.1 Conceito e Natureza Jurídica
	4.2 Espécies
<b>UNIDADE V</b>	<b>CUMPRIMENTO DE SENTENÇA</b>
	5.1 Execução para entrega de coisa certa e incerta
	5.2 Execução das obrigações de fazer e de não fazer
	5.3 Execução provisória
	5.4 Execução por quantia certa contra devedor solvente
<b>UNIDADE VI</b>	<b>PROCESSO DE EXECUÇÃO</b>
	6.1 Títulos Executivos extrajudiciais
	6.2 Sentenças proferidas fora do processo civil estatal: sentença penal condenatória, laudo arbitral, sentença estrangeira homologada, acordo extrajudicial homologado.
<b>UNIDADE VII</b>	<b>DAS DIVERSAS ESPÉCIES DE EXECUÇÃO</b>
	7.1 Execução para entrega de coisa
	7.2 Execução das obrigações de fazer e de não fazer
	7.3 Execução por quantia certa contra devedor solvente
	7.4 Execução por quantia certa contra devedor insolvente
	7.5 Execução de prestação alimentícia
	7.6 Execução contra a Fazenda Pública
<b>UNIDADE VIII</b>	<b>DEFESA DO EXECUTADO</b>
	8.1 Embargos do executado



UNIVERSIDADE IGUAÇU  
FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS - FACJSA

- 8.2 Impugnação ao cumprimento de sentença
- 8.3 Exceção de pré-executividade
- 8.4 Dos Embargos de terceiro.

<b>UNIDADE IX</b>	<b>SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO EXECUTIVO</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>8.1 Da suspensão do processo de execução</li> <li>8.2 Da extinção do processo de execução</li> <li>8.3 Das modificações no procedimento monitorio</li> <li>8.4 Disposições finais</li> </ul>

#### ***IV – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS***

- Aulas expositivas e interativas
- Estudos dirigidos e participativos.
- Debates.
- Pesquisas individuais e em grupo.
- Seminários.
- Análise de tratados e sentenças internacionais.
- Exibição de vídeos sobre questões internacionais.

#### ***V – AVALIAÇÃO***

- Provas escritas individuais.
- Provas orais.
- Pesquisas em grupo e individuais.

#### ***VI – BIBLIOGRAFIA BÁSICA***

- ASSIS, Araken De. *Manual Do Processo De Execução*. São Paulo : Ed. Revista Dos Tribunais.
- BERMUDES, Sérgio. *Introdução ao processo civil*. Rio de Janeiro : Forense.
- CÂMARA, Alexandre Freitas. *Licções De Direito Processual Civil*. Vol. II. Rio De Janeiro : Lumen Juris.
- DESTEFENNI, Marcos. *Curso De Processo Civil*. Vols. 1 E 2. São Paulo : Saraiva.
- GRECO FILHO, Vicente *Direito Processual Civil Brasileiro*. Vol. 3. São Paulo : Saraiva.
- MOREIRA, José Carlos Barbosa.. *O novo processo civil brasileiro*. 19. ed. Ver. e atual. Rio de Janeiro :Forense.
- THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Curso de direito processual civil*. Forense. vol. II.
- SANTOS, Ernani Fidelis. *Reformas de 2006 do Código de Processo Civil*. São Paulo: Saraiva.

**OBS.:** RESOLUÇÃO CONSEPE N° 163 /2003.

<b>Disciplina:</b>	<b>DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO I</b>	C/H: 080 h/a
<b>Curso:</b>	<b>DIREITO</b>	Código: 3527
<b>Faculdade:</b>	<b>FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS - FACJSA</b>	Período: 7º

**I – EMENTA**

Atividade financeira do Estado. Direito Financeiro. Fontes do Direito Financeiro. Os direitos fundamentais e as finanças públicas. Os princípios gerais do Direito Financeiro. Eficácia da legislação financeira. Interpretação e complementação Direito Financeiro. Aspectos gerais do orçamento. A receita e a despesa. Fiscalização e controle da execução orçamentária. O empréstimo público. O Banco Central. Relação jurídica tributária. Nascimento da obrigação tributária. O crédito tributário. Infrações e sanções em matéria tributária. Processo Tributário. Sistemas tributários. Os tributos.

**II - OBJETIVOS**

- Proporcionar ao estudante a possibilidade de compreender a importância dos principais aspectos da atividade financeira estatal. Compreender o significado dos princípios constitucionais tributários. Conceituar tributo e distinguir suas espécies. Conhecer a obrigação tributária e os deveres dela decorrentes. Aplicar os conhecimentos em situações concretas.

**III – CONTEÚDO**

<b>UNIDADE I</b>	<b>DIREITO FINANCEIRO</b>
	1.1 Conceito de Direito Financeiro
	1.2 Diferenças entre o Direito Financeiro e a Ciência das Finanças
<b>UNIDADE II</b>	<b>ATIVIDADE FINANCEIRA DO ESTADO</b>
	2.1 Ciência das Finanças, Direito Financeiro e Direito Tributário
	2.2 Despesa e Receita Pública
	2.3 Espécies Tributárias
	2.4 Orçamento Público
	2.5 Crédito Público
	2.6 Dívida Pública
<b>UNIDADE III</b>	<b>RECEITAS PÚBLICAS</b>
	3.1 Conceito
	3.2 Classificação
<b>UNIDADE IV</b>	<b>DESPESAS PÚBLICAS</b>
	4.1 Conceito
	4.2 Classificação
	4.3 Processamento
<b>UNIDADE V</b>	<b>ORÇAMENTO</b>
	5.1 Conceito
	5.2 Princípios Informadores
	5.3 Confeção do Orçamento
	5.4 Fiscalização e controle Orçamentário
	5.5 Os Tribunais de Contas
<b>UNIDADE VI</b>	<b>DÍVIDA PÚBLICA</b>
	6.1 Noção
	6.2 Classificação
	6.3 O Senado como órgão controlador da Dívida Pública
	6.4 A questão da intervenção
<b>UNIDADE VII</b>	<b>FONTES DO DIREITO TRIBUTÁRIO</b>
	7.1 Nomenclatura do Direito Tributário. Controvérsias.
	7.2 Conceito do Direito e de Tributo.
	7.3 Natureza jurídica do Direito Tributário
	7.4 Autonomia do Direito Tributário
	7.5 Fontes do Direito Tributário. Classificação
	7.6 Âmbito da Tributação
<b>UNIDADE VIII</b>	<b>DIREITO CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO</b>
	8.1 Poder de Tributar e Competência tributária
	8.2 Competência tributária dos entes Federativos
	8.3 Classificação das Competências

<b>UNIDADE IX</b>	
-------------------	--

- 8.1 Introdução
- 8.2 Natureza
- 8.3 Elaboração
- 8.4 A gestão do orçamento

---

**IV – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

- Aulas expositivas e interativas
- Estudos dirigidos e participativos.
- Debates.
- Pesquisas individuais e em grupo.
- Seminários.
- Análise de tratados e sentenças internacionais.
- Exibição de vídeos sobre questões internacionais.

---

**V – AVALIAÇÃO**

- Provas escritas individuais.
- Provas orais.
- Pesquisas em grupo e individuais.

---

**V – BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

- ROSA JR.**, Luiz Emygdio F. da. *Manual de Direito Financeiro Tributário*. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.
- TORRES**, Ricardo Lobo. *Curso de Direito Financeiro e Tributário*. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.
- AMARO**, Luciano. *Direito Tributário Brasileiro*. São Paulo: Editora Saraiva, 2003.
- BALEIRO**, Aliomar. *Limitações constitucionais ao poder de tributar*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1999.
- CARRAZZA**, Roque Antonio. *Curso de direito constitucional tributário*. São Paulo: Editora Malheiros, 2002.
- MACHADO**, Hugo de Brito. *Curso de direito tributário*. São Paulo: Editora Malheiros, 2003.
- TORRES**, Ricardo Lobo. *Orçamento na Constituição*. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 1995.